



# NOVIDADES LEGISLATIVAS



## Nesta Edição:

- Comissão Mista aprova alterações na CFEM;
- CMIST aprova novas regras para a mineração;

## Comissão Mista aprova alterações na CFEM

A Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória 789/2017, aprovou hoje o parecer do relator, deputado Marcus Pestana (PSDB/MG), que concluiu pela apresentação de um PLV.

O texto promove alterações na CFEM em relação aos seguintes aspectos: fato gerador; conceituação de bem mineral para efeitos de tributação; alíquotas e base de cálculo (a alíquota passou a ter valor máximo de 4% e a base de cálculo passa a ser o faturamento bruto); definição de prazo prescricional e decadencial para os créditos; sanções pelo inadimplemento ou recolhimento incorreto; e definição de medidas de transparência pelo Poder Executivo.

O relator acolheu emendas para alterar a forma de distribuição entre os entes, tema não abordado pelo texto original. Os royalties passam a ser distribuídos da seguinte forma: 60% para os municípios produtores; 20% para os estados produtores; e 10% para divisão entre órgãos de mineração e meio ambiente do Poder Executivo.

Também foram acolhidas, entre outras, sugestões para alterar a hipótese de consumo; reduzir em 50% do valor da CFEM para o caso de rejeitos e estéreis; estabelecer que não será considerada saída para venda a operação entre estabelecimentos, limitado a operações no território nacional; excluir a cobrança da CFEM para doações a entes públicos.

Foram reduzidas as alíquotas da CFEM para rochas, areias, cascalhos, saibros e demais substâncias minerais quando destinadas para uso imediato na construção civil, águas minerais e termais, potássio, fosfato e calcário para uso corretivo no solo (alíquota de um por cento); diamante (alíquota de dois por cento).



O minério de ferro teve a alíquota definida em 4%, retirada a banda relativa a cotação internacional.

O texto segue agora para análise dos plenários da Câmara e do Senado Federal.

## **CMIST aprova novas regras para a mineração**

A Comissão Mista da MPV 790/2017, que atualiza o Código de Mineração, aprovou hoje o parecer, com complementação de voto, do Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). A Medida Provisória altera diversos pontos do Código de Mineração.

A maioria dos pontos alterados pela medida se referem às normas para a pesquisa no setor, como a execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, a sua avaliação e à determinação do seu aproveitamento econômico. A MP disciplina as obrigações, concessões, multas e outras sanções, bem como desonerações e regras para o relatório final da pesquisa.

Foram apresentadas 250 emendas à proposta, sendo que 59 foram acolhidas total ou parcialmente pelo relator.

O relatório promoveu alterações no texto para:

- ✓ determinar que a obrigatoriedade de recuperação de área degradada estará em consonância com a solução técnica exigida pelo órgão competente;
- ✓ definir competência comum entre os entes para fiscalizar concessões de direitos minerários;
- ✓ caracterizar recursos minerais como finitos, com rigidez locacional e com o devido valor econômico;
- ✓ utilizar direitos minerários como garantia para fins de financiamento;
- ✓ teto para a cobrança da Taxa Anual por Hectare (TAH) em nove reais.

Para o modelo de leilões de áreas em disponibilidade, foram criados mecanismos de proteção ao empreendedor mineiro.

A medida segue para apreciação dos Plenários da Câmara e do Senado Federal.